

Partidos políticos brasileiros: uma análise histórica da criação, ideologias e alianças partidárias (1964-1985)

*Partidos políticos brasileños: un análisis histórico de la creación,
ideologías y alianzas partidistas (1964-1985)*

Eduardo José Rezende Pereira¹

Danilo Pedro Jovino²

Ronaldo Bernardino Colvero³

Resumo

O presente trabalho visa explorar o cenário político da ditadura civil-militar brasileira (de 1964 a 1985), pontuando questões históricas que interferiram na criação do sistema bipartidário, bem como as ideologias defendidas por esses partidos, seus respectivos quadros políticos e suas relações internas e externas de alianças ou oposições, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Através do uso de métodos bibliográfico, documental, histórico e estatístico, pretende-se fazer uma exposição do período em questão, a fim de esclarecer os pontos defendidos por esses partidos, o que trouxeram politicamente para o cenário de disputa daquele momento e o que deixaram de herança para o cenário atual, levantando respostas aos questionamentos sobre a real efetividade representativa desses partidos para a sociedade. Após investigarmos as questões levantadas, chegamos às conclusões de que, além dos dois partidos existentes durante a ditadura representarem a sociedade no âmbito legislativo federal (ocupando, porém, números de cadeiras diferentes a cada nova eleição), representavam ideias de setores distintos da sociedade, servindo inclusive como suporte para que os movimentos externos ao poder político institucional pudessem eclodir socialmente.

Palavras-Chave: Bipartidarismo, ditadura civil-militar, partidos políticos, ideologia partidária, alianças políticas.

Resumen

El presente trabajo pretende explorar el escenario político de la dictadura civil-militar brasileña (de 1964 a 1985), puntuando cuestiones históricas que interfirieron en la creación del sistema bipartidista, así como las ideologías defendidas por esos partidos, sus respectivos cuadros políticos y sus relaciones internas y, externas de alianzas o oposiciones, en la Cámara de Diputados y en el Senado Federal. A través del uso de métodos bibliográficos, documental, histórico y estadístico, se pretende hacer una exposición del período en cuestión, a fin de esclarecer los puntos defendidos por esos partidos, lo que trajeron políticamente al escenario de disputa de aquel momento y lo que dejaron de herencia para el escenario actual, levantando respuestas a los cuestionamientos sobre la real efectividad representativa de esos partidos para la sociedad. Después de

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos (SP/Brasil); pesquisa sobre sindicalismo. E-mail: rezende.eduardo@outlook.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política; pesquisa sobre políticas públicas. E-mail: danilopedro_gda@hotmail.com

³ Doutor em História pela PUCRS. Professor do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus São Borja – RS. Também professor do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) pela mesma instituição e professor do Programa de Pós Graduação em Memória e Patrimônio (PPGMP) pela Universidade Federal de Pelotas.- UFPEL; pesquisa sobre história. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

investigar las cuestiones planteadas, llegamos a las conclusiones de que, además de los dos partidos existentes durante la dictadura representaban a la sociedad en el ámbito legislativo federal (ocupando, sin embargo, números de sillas diferentes a cada nueva elección), representaban ideas de sectores distintos de la sociedad, sirviendo incluso como soporte para que los movimientos externos al poder político institucional pudieran eclosionar socialmente.

Palabras clave: Bipartidismo, dictadura civil-militar, partidos políticos, ideología partidista, alianzas políticas.

1. Introdução

O Brasil, não diferentemente dos outros países da América Latina, enfrentou uma conturbada história política atrelada às suas condições sociais e econômicas de submissão e exploração. Como colônia, império e posteriormente república, sendo esse período dividido por ditaduras e golpes, especialmente por uma ditadura civil-militar, que durou aproximadamente vinte anos (num contexto em que muitos outros países latino-americanos também enfrentavam essa realidade), o Brasil foi o palco de um intenso jogo de interesses. Fruto de um passado desajeito quanto à organização política institucional, o que se nota é um cenário de interesses, composto de partidos que se formam em alianças e grupos para conseguir chegar até o poder através da democracia direta.

Muito se produz sobre o sistema partidário brasileiro e também, especificamente, sobre o recorte dos partidos políticos da ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Nosso olhar parte dessas produções acadêmicas e busca encontrar quais as respostas dadas para alguns conflitos políticos aparentes na história. O presente trabalho busca analisar os partidos políticos criados durante a ditadura civil-militar, além de buscar compreender historicamente o que representou o sistema bipartidário, também buscamos entender como se deram essas eleições, dentro de um regime ditatorial.

O que a primeira vista parece contraditório, eleições em uma ditadura, consegue com muita facilidade ser explicado politicamente. Com base num levantamento bibliográfico produzido sobre o sistema bipartidário da ditadura civil-militar brasileira, podemos notar que a estratégia bipartidária garantia que os grupos políticos legalizados estivessem sob controle do Estado, logo, dos militares e, ao mesmo tempo que transpassava a imagem de um sistema democrático para os brasileiros, conseguia passar a imagem de normalidade política para o exterior e assim não gerar crises e nem conflitos.

Entendemos partido político como uma agremiação de pessoas com a mesma ideologia em prol de um interesse comum. Todo o partido político carrega uma ideologia conjunta, e a mesma pode ser fundamentada através do seu período de criação ou dos objetivos que se pretende alcançar com o uso do poder. Para Michels (1982, p.12 e 21), o partido moderno além exigir dos seus chefes uma espécie de consagração oficial e insistir na necessidade de formar uma classe de políticos profissionais, de técnicos em política, provados e comprovados, tem por essência ser uma organização de combate, no sentido político do termo, e, como tal, devendo ajustar-se às leis de tática. Segundo o autor, a democracia representativa não se presta para o uso interno dos partidos, mas para sua exteriorização, como um artigo de exportação.

2. Objetivos

O presente trabalho busca analisar os partidos políticos criados durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), pontuando quais foram os seus principais quadros políticos, os grupos sociais que mobilizavam apoio popular, bem como suas ideologias defendidas e quais grupos internos disputavam esses únicos dois partidos. Além de buscar

compreender historicamente o que representou o sistema bipartidário deste período, também buscamos entender como se deram essas eleições, dentro de um regime ditatorial e a relação delas com a mudança do cenário conjuntda ditadura para a reabertura democrática.

3. Metodologia

Através do uso de métodos bibliográfico, documental, histórico e estatístico, pretende-se fazer uma exposição do período em questão, a fim de esclarecer as características do bipartidarismo da ditadura civil-militar, as ideologias defendidas por esses partidos, o que trouxeram politicamente para o cenário de disputa daquele momento e o que deixaram de herança para o cenário atual, levantando respostas aos questionamentos sobre a real efetividade representativa desses partidos para a sociedade.

4. Resultados

Embasando-se na metodologia já prescrita, obtivemos como resultado que o bipartidarismo criado pelos militares durante a ditadura de 1964 teve diversas características novas, em relação ao multipartidarismo que existia anteriormente, e particularidades em relação ao bipartidarismo que havia em outros países. Além disso, que o objetivo real desse sistema partidário estava muito mais atrelado à uma ideia de permitir um bom funcionamento da ditadura —através do controle político sobre os partidos— do que propriamente de servir como marco de uma reforma política-institucional, que visasse ampliar a democracia ou mesmo melhorar os processos eleitorais.

Entre os anos de 1965 e 1966, os militares criaram o Ato Institucional (AI) nº 2, que decretava a extinção dos antigos partidos políticos e cancelava seus respectivos registros. Como não era do interesse dos militares impor forçadamente a imagem de uma ditadura, eles mantiveram o Poder Legislativo independente do âmbito de atuação do Poder Executivo. Tendo um Legislativo externo ao Executivo seria reforçada uma imagem democrática para os brasileiros e para o exterior; entretanto, o Executivo permaneceria com os militares, onde, enfim, exerceriam poder com maior facilidade e força. Após o decreto, os militares formaram um grupo ideológico intitulado Aliança Renovadora Nacional (Arena), que sustentava a base do golpe ao poder —e aqui é importante pontuar que eles não eram um grupo homogêneo— e a oposição se organizava no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia desde sociais-democratas e liberais até comunistas.

O bipartidarismo era fundamental para se conseguir controlar os únicos instrumentos de representação política da sociedade civil. Se de um lado os militares conseguiam se organizar em um partido e assim elaborar suas táticas de atuação, de outro conseguiam também ter controle sobre sua oposição que se organizava na busca de retomar a democracia. Socialmente, isso trazia impacto por dar-se a impressão de que realmente havia uma disputa entre iguais, o que não é uma verdade —já que a oposição nunca teve controle sobre o Executivo e estava amarrada com censura e, além disso, menos recursos para o diálogo com a população.

O bipartidarismo trazia a imagem de normalidade democrática para o exterior e isso era fundamental para o Brasil que, naquele momento, visava expandir sua economia. Foi fundamental construir a imagem de um país sem crise política, ou sem qualquer tipo de conflito, para fazer da década de 1970 a década do milagre econômico, que colocava o Brasil em um alto patamar da economia e da produtividade industrial, às custas de empréstimos do exterior.

Conforme ressalta Schmitt (2005), serviram de inspiração para o sistema bipartidário da ditadura os modelos de países como a Inglaterra e Estados Unidos. Acontece que, diferentemente destes países, o bipartidarismo brasileiro não foi o resultado da gradativa sedimentação da opinião pública e de suas preferências eleitorais ao longo do tempo, mas instituído pelo próprio governo à sociedade.

Outra questão importante de se ressaltar no bipartidarismo brasileiro é que, sendo pensado como tático para a manutenção e continuidade da ditadura, bem como controle dos militares sobre sua oposição, seria estranho que esse sistema permitisse que a sua oposição ganhasse espaço, e foi exatamente o que aconteceu. Nos últimos processos eleitorais ocorridos no período da ditadura o MDB ganhou mais espaço e começou a eleger mais cadeiras do que anteriormente, o que começava a demonstrar que o povo estava insatisfeito com o cenário e já questionava a efetividade do regime dos militares. A oposição ganhou espaço numa estrutura que só permitia seu funcionamento para ter controle sobre ela. Não atoa os últimos presidentes militares começaram a abrir espaço para que a democracia fosse implantada.

“Implantada” porque a democracia não foi uma situação colocada na agenda política puramente por conta das mobilizações populares. A democracia se tornou uma realidade porque houve arranjos políticos dos militares baseados em preocupações econômicas —a crise do petróleo começava a atingir o Brasil e as dívidas conquistadas em cima do milagre econômico já começavam a dar as caras.

5. Conclusão

Este estudo acrescenta à produção acadêmica sobre os partidos políticos brasileiros, especialmente do que diz respeito aos partidos criados no sistema bipartidário da ditadura civil-militar brasileira, um levantamento bibliográfico sobre as questões pertinentes quanto à característica desses instrumentos partidários diante do processo ditatorial no Brasil. Além disso, visa demonstrar as contradições aparentes que existem em uma ditadura militar permitir e criar legislação própria sobre eleições para representações políticas e, acima disso, os objetivos que estavam por trás da manutenção deste tipo de regime e deste tipo de sistema partidário.

Após investigarmos as questões levantadas, chegamos às conclusões de que, além dos dois partidos existentes durante a ditadura representarem a sociedade no âmbito legislativo federal —ocupando, porém, números de cadeiras diferentes a cada nova eleição—, representavam ideias de setores distintos da sociedade, servindo inclusive como parte do suporte, no caso do MDB, para que os movimentos externos ao poder político institucional pudessem eclodir socialmente após a redemocratização em 1985 e, inclusive, ganhassem forças no processo da promulgação da Constituição de Cidadã de 1988.

Conclui-se que é de suma importância, ao se pensar na história da ditadura brasileira de 1964, se atentar ao que significou a criação dos dois partidos, Arena e MDB, para o Estado sob o comando dos militares, para os grupos políticos e intelectuais sob repressão e censura, e para a sociedade civil. É necessário afirmar, também, que o sistema bipartidário e os significados que ele deixou no imaginário político brasileiro ainda resistem e que, mesmo com as mudanças de regime e de sistema partidário, ainda sobrevive parte dessa estrutura política criada neste período tanto nos bastidores do Estado como também nos novos partidos, que surgiram bebendo da ideologia desses partidos e de parte de suas histórias, ou simplesmente sendo construído pelos mesmos agentes políticos.

Referências

ARTURI, Carlos S. **As eleições no processo de transição à democracia no Brasil.** In: Brasil: opinião pública, transição e eleições, BAQUEIRO, Marcello. Porto Alegre; Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

BAQUEIRO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CARVALHO, Alessandra. **Deputados federais e senadores: políticos profissionais nos anos da ditadura militar.** PPG-UFRJ; Londrina, 2005.

KINZO, Maria d'Alva G.. **Oposição e autoritarismo, gênese trajetória do MDB: 1966-1979.** São Paulo; Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando H.. **Os partidos e as eleições no Brasil.** 2.ed.. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos (The Sociology of political parties).** São Paulo; Senzala, 1982.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000).** 3.ed.. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2005.